

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



8 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**
9 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEAS/PR – 4 e 5/10/2012**
10 **Nº 009/2012**

11
12 Aos cinco dias do mês de outubro do ano de 2012, às 8h40 minutos, em primeira convocação e às 9h00 com
13 qualquer número de Conselheiros presentes, no auditório do 7º andar da Secretaria de Estado da Família e
14 Desenvolvimento Social – SEDS, situada à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – Centro Cívico, em Curitiba –
15 Paraná, realizou-se a Assembleia Ordinária mensal do **Conselho Estadual de Assistência Social –**
16 **CEAS/PR**, para o qual os Conselheiros foram previamente convocados. Fizeram-se presentes os •
17 Conselheiros Governamentais: Ana Maria Macedo (SEDS), Fernanda Bernardo Gonçalves (PGE), Sandra
18 Regina Costa (SETI), Delvana Oliveira (SEED), Eunícia Aparecida Lohn (SEJU), Noemi Esther Brittes (SESA),
19 Rosângela Heinz Gavinho Ferraz (SEPL), Evandra Suzane Bazzo (SEPL), Marli Aparecida Batista Vaz Mussolini
20 (SETS), Neiva Silvana Hack (SEDS), Nircélio Zobot (SEDS), Larissa Tissot (SEDS), Marcela Evangelista (SEDS),
21 Gladys Tortatto (SEDS), Rosalina Bergamo (SEDS). • Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Pedro Lirio
22 Hofmann (Associação de Moradores de Encantado do Oeste), Daiana Sprada (ASP), Inês Roseli Soares Tonello
23 (APAE), Tiago de Matos (CRAS de Goioxim), Plínio Marcondes Madureira (APAE), Rita de Cássia Silva Goulart
24 (PAIF/CRAS), Ataíse de Lima Vila Boas Maronese (NUCRESS), Gislaine Aparecida da Silva (CRESS 11ª Região),
25 Carla Adriana Volenkevics Muller NUCRESS de União da Vitória), Arthur Andrade (NASA). • Convidados e
26 Ouvintes: Keity F. Da Cruz (Ministério Público – CAOPDH), Samira Moccelente (Ministério Público – CAOPDH),
27 Adriana Santos de Oliveira (UTPCA – SIPIA, SEDS). As atividades iniciais de cada Assembleia são realizadas
28 no dia anterior, através dos trabalhos desenvolvidos pelas Câmaras Setoriais. Essas discussões são
29 condensadas em relatórios , a serem apresentados na plenária geral, sendo passíveis de votação. A
30 Assembleia Ordinária teve a sua primeira convocação realizada às 8h40 minutos, quando ainda não se obteve
31 quórum. A segunda convocação deu-se às 9h00, com a saudação proferida pela **Presidente, Conselheira**
32 **Ana Maria Macedo**. Essa desejou a todos um excelente dia de trabalho, com comprometimento e
33 intervenções objetivas. Ao mesmo tempo, lembrou a todos que o dia seguinte deveria ser vivenciado, com a
34 certeza de que o direito do voto foi algo conquistado a duras penas, devendo pois ser levado a efeito como
35 um sagrado dever. Já em seguida a **Conselheira Roseli Tonello**, Vice-Presidente desse Colegiado,
36 procedeu um agradecimento pelas boas energias e manifestações de carinho recebidas, quando enfrentou
37 delicado momento de saúde do qual seu filho foi vítima. • Apreciação da pauta: - Inserção dos informes
38 sobre capacitação (solicitação da Conselheira Roseli) – APROVADA a pauta do dia. • Apreciação da ata de
39 Outubro/2012. Ao mesmo tempo, lembrou a todos que o dia seguinte deveria ser vivenciado, com a certeza
40 de que o direito do voto foi algo conquistado a duras penas, devendo pois ser levado a efeito como um
41 sagrado dever. • Informes da Secretaria Executiva – Helena Navarro Gimenez. • 11/09/12 – Ofício
42 nº 136/2012 – Prefeitura Municipal de Curitiba encaminhando para o CEAS a documentação do Município para
43 acesso ao recurso financeiro – PSE. • 11/09/12 – Ofício nº 027/2012 – CMAS de Pinhais sobre

45 esclarecimentos dos questionamentos apresentados ao CEAS. • 14/09/12 – Ofício 141/2012 – CMAS de
46 Maringá acerca do questionário do Of. Circ. Do CEAS nº 007/2012. • 14/09/12 – Ofício nº 129/2012 – CMAS
47 de Maringá solicitando informações acerca de Casas de Apoio no PR. • 17/09/12 – Convite evento dia 29/09 –
48 FOREAS. • 17/09/12 – Ofício nº 67/2012 – CMAS de Umuarama acerca do cancelamento de inscrição de
49 entidades. • 17/09/12 – Ofício nº 017/2012 – CMAS de União da Vitória – Acerca do questionário do Ofício
50 Circular do CEAS nº 007/2012. • 21/09/12 – Ofício Circular nº 59/2012/CC/PRES/CNAS/MDS – Reunião
51 descentralizada do CNAS. • 24/09/12 – Envio de documentação da Entidade Centro de Educação Infantil Rei
52 dava para o cancelamento da inscrição de entidades. Ref. Ofício 099/2012/CEAS/PR. • 25/09/12 – Ofício nº
53 040/2012 – Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí sobre envio de dados para o Programa Família
54 Paranaense. • 25/09/12 – Ofício nº 043/2012 – Prefeitura Municipal de Tapira em resposta ao Ofício nº
55 083/2012 do CEAS/PR sobre irregularidade no CMAS. • 25/09/12 – Ofício nº 015/2012 – CMAS de Campo
56 Mourão solicitando inclusão de pauta na próxima reunião do CEAS. • 27/09/12 – Ofício nº 062/2012 –
57 CNAS/MDS – Divulgação de agendas de debates dos Conselhos junto aos Fóruns e outros espaços de
58 discussão sobre o SUAS. • Informe Guarda Mirim: A Coordenação Social Básica da SEDS encaminhou
59 Informe à SEC sobre a autorização do Governo do Estado para a transição das ações executadas pelo Centro
60 de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes para a Fundação de Ação Social de Curitiba - APROVADA •
61 **Relatórios das Comissões. • COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO –**
62 **Relatora: Conselheira Adriana. Relatório da Comissão: Item 2.1 – Plano Estadual de Capacitação.**
63 **2.1.1 – Curso sobre Controle Social:** a capacitação aconteceu nas 23 regiões e no momento estão em
64 fase de análise da avaliação dos participantes. A avaliação do curso foi realizada em questionários e a equipe
65 está sistematizando e apresentará em etapas, devido o grande número de questionários e a complexidade do
66 mesmo. A avaliação considerou a satisfação dos participantes, se cumpriu o seu objetivo, se o facilitador foi
67 didático e se o local e recursos foram apropriados. No momento houve a apresentação da avaliação da
68 Regional de Cianorte e os resultados serão apresentados mensalmente a medida que a equipe técnica da
69 SEDS conclua as sistematizações. O questionário avaliou cada item com: 1) péssimo, 2) regular, 3) bom, 4)
70 ótimo e 5) excelente. Todas as médias de avaliação ficaram entre bom a excelente. Parecer da Comissão:
71 solicita-se que o CEAS aprecie as avaliações regionais. Parecer do CEAS: acompanha o da Comissão. Retornou
72 à Comissão para revisão a deliberação que houve na reunião de setembro, de enviar ofício para os municípios
73 solicitando justificativa da ausência dos seus representantes no curso de controle social. Parecer da Comissão:
74 sugere que o CEAS encaminhe ofício para os CMAS solicitando justificativa sobre as ausências no curso de
75 controle social, com prazo de retorno ao CEAS até 20 de novembro de 2012. Solicita-se que a equipe técnica
76 da SEDS apresente ao CEAS o total de participantes com frequência inferior a 75%. Parecer do CEAS:
77 aprovado o parecer da Comissão. **2.1.2 - Projeto Capacitação Centro da Juventude " Orientações**
78 **para atuação profissional".** A equipe técnica apresentou a proposta de capacitação para as equipes
79 profissionais dos 28 municípios em que houve a adesão aos centros da juventude. O evento está previsto
80 para 27/11/2012 em Curitiba. O projeto apresentou: nome, justificativa, objetos, público-alvo, metodologia,
81 conteúdo programático, docentes, número de vagas, cronograma, local de execução, inscrições, avaliação e
82 orçamento. Parecer da Comissão: aprova o projeto apresentado com a seguinte alteração no item 8, número
83 de vagas: onde diz 28 vagas para os Gestores Municipais das pastas que os Centros da Juventude estão
84 vinculados incluir ao final da frase: "ou técnicos do órgão gestor conforme projeto em anexo". Parecer do
85 CEAS: Aprovado. **2.1.3 – Capacitasuas.** A Conselheira Larissa apresentou o programa CapacitaSUAS, em

86 que o Estado assinou o termo de aceite, possuindo 2030 vagas, recebeu R\$ 1.461.600,00 com valor *per*
87 *capita* de R\$ 720,00 e propõe a realização de 1 curso de atualização e 1 curso de nivelamento. Para poder
88 iniciar o processo de contratação de instituições de ensino superior deve-se aguardar a disponibilização dos
89 cursos e conteúdos por parte do MDS. Parecer da Comissão: A Comissão sugere que os cursos sejam
90 realizados de forma presencial e com encontros quinzenais. Parecer do CEAS: Aprovado o parecer da
91 Comissão. **Item 2.2 - Proposta de nova logomarca do CEAS.** Será discutido em Plenária após o relato
92 das Comissões. **Item 2.3 - Ofício nº 043/2012 do CMAS de Tapira.** O município enviou ofício
93 respondendo a solicitação do CEAS de informar a representatividade da Conselheira Sonia Aparecida Aoki,
94 este constatou irregularidade na sua paridade e informa que já solucionou o problema. Parecer da Comissão:
95 solicita-se à Secretaria Executiva do CEAS que verifique a veracidade da informação do referido ofício, através
96 de consulta no CADSUAS com senha e login deste Conselho e na inobservância de irregularidades archive-se.
97 Parecer do CEAS: acompanha o parecer da Comissão. Parecer da Plenária: APROVADO. O próximo assunto
98 abordado foi a intervenção da **Presidente Ana Maria Macedo**, formalizando ao plenário o importante
99 registro das presenças do Sr. José Cícero dos Santos, Diretor da Secretaria de Assistência Social do Município
100 de Campo Mourão, também Presidente do CMAS e Conselheiro Estadual de 2004 a 2010. Foi também levado
101 ao conhecimento dos Conselheiros da presença da representação da COHAPAR, assistente social **Almari**
102 **Aguiar Neves** que juntamente com **Vera Muller**, participarão desse Colegiado. • ENCAMINHAMENTO: - Os
103 Conselheiros veem como necessário que na próxima Assembleia se faça um esclarecimento sobre o programa
104 Capacita SUAS, pela Coordenação da Gestão – APROVADO. Segundo a **Conselheira Larissa M. Tissot**, o
105 termo de adesão será encaminhado por e-mail, para conhecimento dos Conselheiros. • **COMISSÃO DE**
106 **DOCUMENTAÇÃO E REDE SÓCIOASSISTENCIAL** – Relatora – **Conselheira Inês Roseli** (APAE-/FB).
107 Relatório da Comissão: 1) Em relação a elaboração de nota técnica sobre as inscrições das comunidades
108 terapêuticas nos CMAS a Comissão sugere que a SEDS elabore uma minuta a ser apresentada à Comissão
109 para apreciação e contribuição. Enquanto a SEDS elabora a minuta a Comissão se compromete em estudar a
110 orientação emitida pelo MDS. Esta minuta norteará os CMAS na possível inscrição de serviços prestados por
111 estas entidades. Parecer do CEAS: que o documento seja encaminhado para conhecimento de todos os
112 Conselheiros e que a Comissão continue a discussão para melhor fundamentar a elaboração da nota técnica.
113 2) A Comissão analisou os artigos 5º e 6º da minuta de lei do sistema Municipal de assistência social
114 efetuando algumas contribuições. 3) Relativo ao ofício nº 67/2012 do CMAS de Umuarama a Comissão
115 manifesta ciência sobre o referido ofício. Parecer da Comissão: orientar para que seja cumprido o art. 16,
116 parágrafo 2º da Resolução 16/2010 do CNAS, para tanto o Conselho deverá ser oficializado sobre esta
117 posição. Parecer da Plenária: Aprovado. 3) A comissão analisou as propostas apresentadas para escolha da
118 logomarca do CEAS e entende que a logo deverá expressar o significado do Conselho como também um
119 simbolo representativo do nosso Estado. A comissão sugere que seja apresentado o significado juntamente
120 com o desenho da logo. 4) Relativo ao ofício nº 27/2012 do CMAS de Pinhais a Comissão orienta que compete
121 ao CMAS solicitar as informações sobre os usuários atendendo a Resolução nº 028/2011 e Instrução
122 Normativa nº 061/2011 ambas do TCE, ressaltando que estas informações devem atender o caráter
123 estritamente profissional. A Comissão entende ainda, que a entidade não pode se recusar a prestar as
124 informações de identificação do usuário para fins de fiscalização para a aplicação de recursos públicos.
125 Parecer do CEAS: Aprovado. 5) Relativo ao ofício nº 184/2012 do CMAS de Londrina – A Comissão sugere um
126 estudo e discussão sobre a legislação mencionada no ofício, acompanhada da representação Conselheira

127 Noemi, representante da SESA, e de representação do Conselho Estadual de Saúde – CES para subsidiar o
128 parecer da Comissão. Deverá ser encaminhado ofício ao CMAS de Londrina informando sobre esta articulação
129 com a política da saúde para posterior orientação. Parecer do CEAS: acompanha o encaminhamento da
130 Comissão. 6) Referente ao recurso do Centro de Educação Infantil Rei Davi – Após análise dos documentos do
131 recurso da Entidade apresentada ao CEAS, a Comissão referenda a decisão do CMAS de Cambé indeferindo a
132 inscrição da Entidade, tendo em vista que a Entidade presta serviço de Educação Infantil de acordo com o
133 plano de atividades apresentado. No recurso administrativo apresentado pela Entidade não caracteriza no
134 âmbito da Assistência Social conforme a tipificação nacional. Parecer do CEAS: aprovado o parecer da
135 Comissão. 7) Relativo ao ofício nº 015/2012 do CMAS de Campo Mourão: a Comissão orientou ao CMAS
136 ressaltando sua autonomia para a decisão sobre a inscrição das Entidades atendendo os critérios das
137 normativas vigentes sobre a referida política. Lembramos da possibilidade de implantação do plano de
138 adequação na entidade. No entanto, lembramos ainda o direito da Entidade, diante da negativa de inscrição, a
139 recorrer junto ao CEAS para nova análise. Parecer do CEAS: aprovado o encaminhamento da Comissão.
140 Parecer da Plenária: APROVADO. Numa decorrência direta de discussões ocorridas a **Presidente Ana Maria**
141 esclareceu o plenário que não é função da SEDS elaborar propostas de deliberação ou ofícios, pois trata-se de
142 uma ação a ser realizada pelas próprias Comissões. Essas poderão dar o indicativo já que as discussões são
143 por elas realizadas e a Secretaria Executiva providenciará os devidos encaminhamentos. Foi esclarecido pela
144 Conselheira **Vice-Presidente Roseli** que tal proposta foi fruto de um debate, já que não houve tempo para
145 o estudo do material. Assim, duas situações estão em pauta: 1ª) a proposta colocada pela **Conselheira Ana**
146 **Maria**, de que a formulação da nota técnica não é da alçada da Secretaria Executiva e a 2ª proposta: pautar
147 o assunto para a próxima reunião, com um efetivo estudo do documento e a consequente feitura da nota
148 técnica, talvez com a colaboração de um técnico da SEDS. Considerou o **Conselheiro Plínio** que na presente
149 questão disse acreditar não ser possível apontar diretrizes e assim, seria positivo encaminhar para as outras
150 comissões contribuírem. A **Presidente Ana Maria** julgou oportuno registrar:- todo e qualquer documento
151 por mais simples ou complexo que seja, deverá ser encaminhado com maior antecedência para a Secretaria
152 Executiva pelas respectivas Coordenações. Foi esclarecido também que o referido documento foi
153 encaminhado pelo MDS, justamente para subsidiar a elaboração da nota técnica. Insistindo no assunto
154 iniciado, algumas posições também foram colocadas pelas **Conselheiras Rosalina e Ataíse**, abordando as
155 Comunidades Terapêuticas, assunto que traz muitas dúvidas para os Conselhos Municipais. Foi dito pela
156 **Conselheira Presidente** que pelas manifestações já ocorridas, trata-se de um assunto que não se resolve
157 com poucas discussões ou com a elaboração de uma nota técnica. É função do CEAS propiciar um
158 acompanhamento efetivo aos Conselhos Municipais. A Sugestão é que todos recebam esse material, possam
159 lê-lo com critério e tentar vencer a matéria ainda este ano. Lembrou ainda que esse material está disponível
160 no site do MDS, com o título: - " - **Sistema único de Assistência Social:- perspectivas para um**
161 **trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas.**" Visando somar os conhecimentos, a
162 Vice-Presidente Roseli solicitou a contribuição da técnica **Neiva Silvana Hack** nos trabalhos da Comissão.
163 Essa considerou que esse grupo de trabalho tem amadurecido as suas discussões, pois conta com diversas
164 pessoas que possibilitam realizar um verdadeiro trabalho intersetorial. Mencionou que se atua com duas
165 políticas muito fortes (Assistência Social e Saúde), assim o MDS está propondo um plano de reordenamento.
166 Os municípios que irão pactuar com o Ministério, precisam realmente implantá-lo. Na verdade, a referência é
167 a tipificação, é ela que dará a definição de onde começa uma e termina a outra Política. Em certo momento

168 da exposição do relatório da Comissão de Doc. e Rede Socioassistencial, abordou-se o recebimento do Of. Nº
169 015/2012, do CMAS de Campo Mourão. Na plateia, contava-se com a presença do seu Presidente, **José**
170 **Cícero dos Santos** anteriormente apresentado pela **Presidente Ana Maria**. Tomando a palavra, o visitante
171 relatou estar enfrentando sérios problemas com a cúpula do Colégio Vicentino Santa Cruz, daquele município.
172 Inúmeras reuniões foram realizadas, crendo que todos os possíveis entendimentos foram esgotados. Apesar
173 de que nenhuma das atividades exercidas por essa instituição seja de Assistência Social, reivindicam a sua
174 inscrição no Conselho Municipal, alegando necessitar dos descontos dos impostos pagos. As necessárias ações
175 de fortalecimento de vínculos e convivência familiar não são executadas por eles. Os interessados apelaram
176 então para o Gestor e OAB, afirmando que vindo a Curitiba alcançariam o almejado. O Presidente do Conselho
177 Municipal afirmou que sua posição é negativa quanto a esse pleito e trouxe essa definição para o CEAS/PR.
178 Citou também que a Casa de Apoio ao doente com câncer de Campo Mourão atende 99% de pessoas
179 oriundas dos 26 Municípios da microrregião e também solicitam a inscrição. Colocou ainda que sua região não
180 possui representação no Conselho Estadual, apesar de várias tentativas e trocas infrutíferas. Por outro lado,
181 elogiou o bom funcionamento do Escritório Regional da SEDS e do Fórum Regional de Assistência Social. A
182 **Conselheira Vice-Presidente Roseli Tonello** deixou patente os agradecimentos sinceros dirigidos ao
183 Conselheiro **José Cícero dos Santos**, com quem usufruiu de um excelente convívio durante dois mandatos
184 como integrantes do CEAS/PR. Seu aprendizado crescente, bem como suas contribuições deixaram marcas ao
185 longo dessa trajetória. Tendo em vista a ausência de representação da Regional de Campo Mourão no
186 Conselho, a **Presidente Ana Maria** sugeriu, a pedido, que todos os materiais enviados aos Conselheiros
187 sejam encaminhados também ao visitante, através do CMAS de Campo Mourão. • APROVADO o relatório da
188 Comissão como um todo. • **COMISSÃO DE FINANCIAMENTO E GERENCIAMENTO DO FUNDO –**
189 **Relatora:- Marcela Evangelista**. Antes do início desse relato, oportunamente a **Conselheira Presidente**
190 **Ana Maria** anunciou a presença no plenário do **Conselheiro José Araújo da Silva**, Presidente do Conselho
191 Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR e também integrante do Conselho Nacional de Assistência Social
192 representando a Região Sul. Esse agradeceu a deferência e parabenizou a nova gestão do CEAS/PR,
193 assumindo essa incumbência num momento de magna importância, quando a LOAS 435-NOB SUAS será
194 analisada pelo Conselho Nacional, sem dúvida um avanço importante para a Política da Assistência Social. •
195 Relatório da Comissão: **1.1– Relato da Comissão de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento**
196 **Institucional:** A Comissão reuniu-se no dia 28/09/12 com a pauta de discussão para a criação de uma
197 Deliberação sobre as diretrizes do reordenamento da Alta Complexidade no Estado, que será objeto de
198 reuniões futuras. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. 1.2– Propostas de nova
199 logomarca para o CEAS/PR (escolher duas propostas para a plenária). Foram escolhidas as logomarcas nº 13
200 e 33. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Acompanha o parecer da Comissão. **1.3 –**
201 **Proposta de Deliberação sobre o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional no**
202 **Paraná.** Após discussão na Comissão de Reordenamento definiu-se pelo amadurecimento das diretrizes a
203 serem deliberadas. Foi apresentada na reunião da CIB a sugestão de uma representação do município,
204 revendo assim, a composição da Comissão de Reordenamento dos Serviços de Alta Complexidade (Resolução
205 001/2012), a CIB sugere ao CEAS a sua participação com a representação de um município, tendo sido
206 pactuado que será o representante do município de Araucária. A Comissão sugere que o prazo de
207 encerramento dos trabalhos da Comissão seja prorrogado até Julho/2013. PARECER DA COMISSÃO:
208 APROVADO a alteração da Resolução n 001/2012, com a indicação da CIB e da prorrogação de prazo para a

209 comissão. PARECER CEAS: APROVADO. **1.4 – Projeto de PAEFI do município de Nova Tebas,**
210 **protocolado na CPSE em 14/09/12.** O município de Nova Tebas encaminhou projeto conforme
211 deliberação nº 035/2012 fora do prazo estabelecido, e sem justificativa para o atraso. A CPSE é desfavorável
212 a inclusão do projeto para cofinanciamento. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: face as
213 novas informações recebidas pela CPSE e transmitidas ao Plenário, Nova Tebas encaminhou o projeto dentro
214 do prazo, tendo havido um problema com o malote ocasionando o atraso na entrega à CPSE. O referido
215 projeto foi analisado tecnicamente pela equipe da CPSE e foi favorável com recomendações. Aprovado. **1.5 –**
216 **Ofício nº 40/2012 da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí.** O município de Rio Branco do Ivaí,
217 encaminhou ofício solicitando a reconsideração do Conselho quanto ao projeto apresentado, tendo em vista
218 que o mesmo foi enviado dentro do prazo ao ER de Ivaiporã, mas precisou ser readequado quanto ao plano
219 de aplicação. No entanto o projeto readequado foi enviado diretamente ao Conselho, após o prazo
220 estabelecido, sem passar pela análise do ER e inadequado às ações do PAIF. A CPSB é desfavorável a
221 inclusão do projeto para cofinanciamento e de acordo com a Deliberação da reunião de setembro, os projetos
222 encaminhados fora do prazo ficarão para serem atendidos numa segunda etapa. PARECER DA COMISSÃO:
223 APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. **1.6 – Análise do projeto de Agudos do Sul, referente a**
224 **Deliberação nº 039/2012 CEAS/PR.** Conforme deliberado na plenária de Setembro/12, o ER de Curitiba e
225 a Coordenadora da UTPFP Letícia Reis, visitaram o município de Agudos do Sul em razão da não apresentação
226 do projeto, tendo em vista que o mesmo é um dos prioritários do Programa Família Paranaense. O município
227 justificou que não apresentou o projeto porque está com problemas na certidão trabalhista, e se
228 comprometeu a regularizar a pendência até Dezembro/12. Sendo assim, o projeto foi apresentado e
229 encaminhado para análise, e o parecer da UTPFP é favorável. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO.
230 PARECER CEAS: APROVADO. **1.7 – Construção de CRAS.** A Coordenadora da Proteção Social Básica, Gladys
231 Maria Tortato, solicita alteração da Deliberação nº 003/2012, quanto ao percentual de contrapartida de 20%
232 para o mínimo de 12%, a fim de que os 06 novos CRAS da Deliberação nº 033/2012, indiquem a mesma
233 média de contrapartida que os 11 CRAS formalizados em Junho/12, tendo em vista que o valor dos projetos
234 aumentou. Para o exercício de 2013 os critérios de contrapartida serão revistos. Essa proposta foi pactuada
235 pela CIB. Foi solicitado ainda que a diferença a ser custeada com recursos do FEAS seja pela Fonte 257.
236 PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: APROVADO. **1.8 – Inclusão dos projetos dos**
237 **municípios de Pérola e Borrazópolis.** Os municípios encaminharam seus projetos, mas não estavam
238 incluídos na seleção tendo em vista que os mesmos não atendiam aos critérios da Deliberação nº 035/2012. A
239 CPSE é desfavorável a inclusão dos projetos. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS:
240 APROVADO. **1.9 – Balancete FEAS referente ao mês de Setembro/2012.** A técnica Marcela Divair Martins
241 Evangelista apresentou os Balancetes de Setembro/2012 do FEAS. PARECER DA COMISSÃO: CIENTE.
242 PARECER CEAS: APROVADO. . Em certo momento, abordou-se o item 1.7 - Construção de CRAS e ouviu-se
243 a exposição da **técnica Gladys Maria Tortato**, da SEDS. Segundo ela, na reunião de fevereiro/2012 e
244 através da Deliberação nº03, os Municípios contemplados com a construção de CRAS, deveriam contribuir
245 com, no mínimo, **20%** de contrapartida, além do terreno e equipamentos necessários. Em razão do aumento
246 do valor da construção face a elaboração de um novo projeto, estipulou-se a contrapartida em **12%**
247 (atendimento a 6 novos CRAS). Frente a essa questão, o **Conselheiro Pedro Hoffmann** (Encantado do
248 Oeste), discordou dessa medida, relatando que foram consultados diversos pedreiros e mestres de obras, os
249 quais foram unânimes com relação ao alto valor do m² da construção. Lembrou que já na votação sobre os

250 20% de contrapartida para os Municípios, o seu voto foi **contrário**. Entendeu a **Conselheira Presidente**
251 **Ana Maria**, porém nesta oportunidade trata-se de uma nova proposta, relacionada aos seus novos CRAS,
252 quando alterar-se a contrapartida para, no máximo, 12%. Ressaltou que o Conselho é soberano para voltar
253 atrás numa questão que só irá beneficiar os municípios. Comprometido, o **Conselheiro Pedro** garantiu estar
254 entendendo a exposição e na verdade, só estava buscando um esclarecimento. Valorizou a questão, dizendo
255 ser favorável se realmente a medida estiver beneficiando os municípios. Levando em conta ao que foi dito, a
256 **Conselheira Rosângela** solicitou que fosse mencionada a listagem dos novos Municípios a serem
257 beneficiados: *Nova Laranjeiras, Atalaia, Gadói Moreira, Bom Jesus do Sul, Barracão, Igaracu*. Segundo a
258 **Conselheira Gladys**, o município de Atalaia não se manifestou sobre o valor da contrapartida. **Rosalina**
259 **Bérgamo**, da Regional de Maringá, sugeriu que contatos sejam feitos rapidamente, pois no interior os
260 projetos já estão sendo elaborados. Ao afirmar que uma lacuna foi aberta para os outros Municípios, o
261 **Conselheiro Pedro** foi esclarecido pela Presidência: - quando se tem uma deliberação para acrescentar
262 melhorias, todo o ato administrativo poderá ser revisto a qualquer tempo – APROVADO. Na sequência, foi a
263 vez da **Conselheira Atáise** questionar, se os 10 municípios que iniciaram as obras dos CRAS já haviam
264 recebido recursos. Segundo a **técnica Marcela** (Financeiro SEDS), quando se atinge 19% da obra
265 executada, já poderá pleitar a primeira parcela. Algumas realidades complexas exigem soluções múltiplas e a
266 **Conselheira Vice-Presidente Roseli Tonello** buscou algumas informações sobre a disponibilidade de uma
267 vaga para a APAE da sua cidade, no Lar Pequeno Aconchego. Segundo informações, essa instituição está sob
268 intervenção do Ministério Público, para regularização do atendimento. Outros esclarecimentos sobre o assunto
269 foram prestados pela **técnica Silvana** (PSE/SEDS). Segundo a **Vice-Presidente Roseli**, o caminhar ainda é
270 longo para todos aqueles que necessitam de atendimento. Exemplificou o caso do jovem de 31 anos da sua
271 região que necessita de abrigo e pela falta dele, acabou sendo levado para a residência de profissionais
272 da APAE. A **Presidente Ana Maria**, assinalou a delicadeza do tema, para que não se misture o lado
273 profissional com o lado familiar. • **Balancete do FEAS referente ao mês de setembro de 2012.** •
274 Aprovado o relatório da Comissão como um todo. • **COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS** – Relatora:-
275 **Neiva Silvana Hack**. Relatório da Comissão: Item 4.1 – Parecer técnico do Escritório Regional de Foz
276 **do Iguaçu sobre os CRAS no município**. Foi feita a leitura do relatório enviado pela equipe do Escritório
277 Regional. O relato apresenta a atual situação de cada um dos CRAS do município. Em termos gerais,
278 apresenta os serviços que são oferecidos, as características da estrutura física, localização e condições de RH.
279 Ainda se fazem presentes uma série de irregularidades. Foi levantada a possibilidade de oferecer uma
280 proposta de melhorias a partir dos planos de providências já estabelecidos e do plano construído junto ao MP
281 local. Foi informado pela técnica Leonor da PSB/SEDS, que a questão está presente nas discussões da CIB e
282 que na última reunião foi definida uma visita de um representante da CIB ao município. Foi ainda sugerido um
283 reforço junto aos equipamentos da rede, como NEDIJS, projetos sociais e outros, para contribuir na melhoria
284 das condições apresentadas. Foi apreciado pela Comissão o plano de providências que tem como prazos para
285 adequações os dias 17 de outubro de 2012, para apresentar o que foi e o que será feito, e dia 31 de
286 dezembro de 2012 para cumprimento final do plano. A Conselheira Letícia, representante da UTPFP da SEDS
287 esclareceu que a pactuação dos planos de providências junto aos municípios neste ano ocorreram em 3
288 blocos distintos: o 1º de adequação dos serviços, com prazo até final de março; o 2º de adequação das
289 estruturas físicas, com prazo até final de junho; e ao 3º de adequação de RH com prazo até julho, prorrogada
290 até o dia 31 de dezembro de 2012 por conta do ano eleitoral, a pedido dos gestores. Foi questionada pelo

291 grupo a ausência do serviço PAIF, apontada nos relatórios do ER. Ficou entendido que para este município
292 ainda precisam de adequações nas 3 dimensões: serviços, infraestrutura e RH. Portanto, já houve negligência
293 no cumprimento dos prazos. Foi sugerido o acompanhamento da visita de duas representantes da CIB ao
294 município pelo Conselheiro do CEAS (Arthur) representante da região. Ficaram definidos como
295 encaminhamentos: um ofício ao CMAS informando sobre o Plano de Providências e os prazos de
296 cumprimento, para acompanhamento por aquele Conselho; solicitar à SEDS informações acerca do Plano de
297 Apoio juntamente com o Plano de Providências. Parecer do CEAS: APROVADO. **Item 4.2 – Proposta de**
298 **nova logomarca do CEAS/PR.** Os Conselheiros apreciaram as propostas e cada um, teve dois votos de
299 escolha. As propostas votadas encontram-se em anexo a este relatório. **Item 4.3 – Critérios de seleção**
300 **dos municípios para expansão 2013 do Programa Família Paranaense.** A coordenadora do Programa
301 Letícia Reis, apresentou o técnico de estatística da equipe da SEDS, Sr. Sérgio, que apresentou os critérios
302 utilizados para a definição dos municípios que farão parte da expansão do Programa para 2012. Em 2012
303 foram 30 municípios prioritários e em 2013 serão 100 municípios. O técnico Sérgio ainda explicou em detalhes
304 os métodos de escolha dos 30 primeiros e daqueles a serem considerados em 2013. Falou ainda sobre os
305 critérios das famílias para serem atendidas pelo Programa nos municípios participantes. Foi desenvolvido um
306 índice de vulnerabilidade da família. Informou que já foi gerada a lista dos 100 municípios, mas que esta
307 somente será divulgada após período eleitoral. Após a explanação, foram esclarecidas algumas dúvidas sobre
308 os indicadores utilizados. Também foram levantadas questões sobre os povos tradicionais (indígenas e
309 quilombolas) e explicado que serão necessários estudos mais aprofundados nestes casos, pelas suas
310 peculiaridades, além do fato de que o atendimento deveria compreender as comunidades e não famílias
311 isoladas. Foi aberta discussão sobre os impactos do Programa na melhoria das condições sociais das famílias
312 e do rompimento dos ciclos de reprodução da miséria/pobreza. Ficaram evidenciados os resultados positivos
313 que já foram obtidos pelos 30 municípios atingidos no primeiro ano. Foi esclarecido que para a família fazer
314 parte do Programa ela precisa estar cadastrada no CADUnico, o que demanda o fomento das ações de busca
315 ativa pelas equipes da Assistência Social dos municípios. A Comissão ficou esclarecida sobre o Programa e, no
316 geral, avaliou positivamente a proposta. Parecer do CEAS: APROVADO. • Anunciada a Comissão constituída
317 para ir ao Município de Foz do Iguaçu, objetivando proceder o acompanhamento do Plano de providências
318 referentes aos CRAS – Representando a CIB – **Márcia Mazzaroto e Gladys Tortato**, representando a
319 SEDS, acompanhadas pelo Conselheiros Estadual **Artur dos Santos Andrade** (NASA). Após a explanação da
320 **técnica Neiva** abordando os critérios de seleção dos Municípios para expansão 2013 do Programa Família
321 Paranaense, ouviu-se a manifestação do **Conselheiro Plínio M. Madureira**, da Regional de Jacarezinho.
322 Esse deixou claro que muitas dúvidas o assaltavam até então, sobre o referido Programa. Ao participar da
323 última reunião da Comissão, recebeu importantes informações repassadas pelo técnico Sérgio. A didática
324 utilizada bem com os dados estatísticos trazidos, permitiram que as suas dúvidas fossem sanadas. Concluiu
325 que as pessoas não atingidas por força de si mesmas, deverão ser colocadas no cabide dos prejuízos, já que
326 não se pode responder pela decisão dos outros. Acima de tudo valorizou o fato de que muito em breve, as
327 famílias participantes alcançarão a tão almejada emancipação evidenciando assim os resultados positivos já
328 obtidos pelo Família Paranaense. Completou **Neiva Hack**, informando que a metodologia do índice de
329 vulnerabilidade social será publicada na revista Paranaense, do IPARDES. Levando em conta as
330 considerações já colocadas a **Conselheira Presidente Ana Maria** agradeceu as palavras proferidas pelo
331 Conselheiro Plínio, assegurando que na sua função, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social sempre

332 procurou encontrar meios para reduzir o nível de pobreza deste Estado. • APROVADO o relatório da Comissão
333 de Políticas Sociais como um todo. • **COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ORGANIZAÇÃO DA X**
334 **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Relatora – **Secretária Executiva Helena**
335 **Navarro Gimenez.** Relatório da Comissão: Aprovou-se a pauta e mencionou-se o tema para a Conferência
336 Nacional: "A Gestão e o financiamento da efetivação do SUAS", o qual foi aprovado na última Conferência
337 Nacional: 1) Sugestão do Cronograma de reuniões e atividades principais da Comissão: Regulamento e
338 Regimento Interno da Conferência Estadual, Regionais e Municipais, Orientação das Eleições da Sociedade
339 Civil nas regionais, materiais gráficos, programação da Estadual - o evento, instrumentos para auxílio à
340 sistematização dos trabalhos, subtemas, divisão de vagas por regional, o segmento – Preparar para a eleição
341 dos Conselheiros do CEAS orientação sobre o papel do Conselheiro e nos esclarecimentos em pré-
342 Conferências (função do delegado, atribuição do delegado, importância e responsabilidade do delegado). 2)
343 Manual de Orientação para os Conselheiros com palestras formativas e em espaços na própria Conferência
344 (Municipal, Regional e Estadual): destacar o Acolhimento maior ao segmento de usuários na questão das
345 faltas na Reunião Ordinária por conta de não haver vínculo formal. 3) "Escolinha" de Conselhos nos diversos
346 municípios com toda sociedade para amadurecimento e suporte à nova gestão municipal. 4) Sugestão dos
347 eixos de discussão na Conferência (trazer para a próxima reunião sugestões) – Eixo: Critérios de Partilha 5)
348 Verificar os instrumentos da VIII e IX Conferência Estadual para auxílio na mudança do regimento e
349 regulamento da Conferência. 6) Analisar a implementação das deliberações da última Conferência (para a
350 próxima reunião). 7) Elaborar na próxima reunião, orientações sobre o processo de organização das
351 Conferências municipais, eleição dos Conselheiros, etc. APROVADO. • **Intervalo para o almoço - 12h00•**
352 **13h30** – Retomada das atividades. • **COMISSÃO DE REVISÃO DA LEI DE CRIAÇÃO DO CEAS/PR.**
353 **(Revisão dos artigos na tela).** • **Artigo 11** – acrescentar a palavra **homologar** – eliminar **bem como** e
354 acrescentar **e. Votação:** 16 votos a favor - 1 voto contrário (**Conselheira Daiana**). • **Parágrafo 1:** -
355 acrescentar " e do órgão gestor estadual da Política de Assistência Social" - **Aprovado.** • **Artigo 12:** -
356 excluir a frase: " e diretamente às instituições que a ela se vinculam ou que sobre ela mantenham interesse"
357 - (Será exposto à Comissão para análise). • **Art. 14** - " afetas à Política de Assistência Social" **Aprovado.** •
358 **Art. 15** – no **parágrafo V** - " aprovação dos programas serviços, projetos e benefícios e o
359 acompanhamento" - **Aprovado.** - **Inciso VII** - " limite de um só município". **Inciso VIII** – excluiu **bem**
360 **como** e acrescenta **e** – **Aprovado.** • **Art. 16** – acrescentar "**da Conferência Estadual, devendo ser**
361 **homologado**" – **Aprovado.** **Parágrafo 8º** - acrescentar "**referendado pelo Conselho**". • **Art. 17** –
362 eliminar **propiciará** acrescentando **garantirá** – **Aprovado.** • **Art. 18** – era o artigo 31 e subiu, passando a
363 ser o **Art. 18** com o mesmo assunto – **Aprovado.** • **Art. 20** – substituir **local** por **municipal** e após
364 administrativo: "**do órgão gestor estadual da Política de Assistência Social.**" (**colocar as 4 propostas**
365 **e o Art. 20**). Surgiram algumas propostas - ao final definiu-se por retornar à Comissão para análise
366 (sugestão da Conselheira Larissa e contribuição da **Procuradora Fernanda**). - **Aprovado.** • **Art. 21** –
367 permanece como está. • **Art. 23** – somente incluir, **salário mínimo, estadual.** • Excluir todo o parágrafo 3º
368 – **Aprovado.** • **Art. 24** – incluir a palavra **visem** ao invés de **fazem.** - Enc, para a Comissão. • **Art. 26** – ao
369 final acrescentar - "a preservação do meio ambiente" – Encaminhado de volta para a Comissão, inquirindo se
370 existe essa possibilidade. • **Art. 27** – incluir a palavra **usuários** e ou organizações de usuários em incisos
371 distintos. (volta para a Comissão). • Encaminhados alguns artigos para revisão da Comissão. A **Presidente**
372 **Ana Maria** agradeceu os préstimos desse grupo, realizando um trabalho rápido e eficiente, permitindo assim

373 que até o início do ano essa Lei já esteja na Assembleia Legislativa, para ser apreciada em regime de
374 urgência. • **Apresentação do pacto de aprimoramento de Gestão 2011/2014.** Apresentação: **Larissa**
375 **M. Tissot.** Instrumento criado no ano passado, com a ressalva de que as propostas são iniciais, com a
376 Secretaria recém constituída e que se encontra em processo de revisão para nova apresentação. Proposta já
377 aprovada pelo CEAS/PR e CIB/PR em 16/08/2011. (31 página disponíveis no site da CIB). (Resolução 005/11)
378 • APROVADO por unanimidade. • **Nova Logomarca do CEAS/PR.** Antes do início da exposição dos
379 desenhos, pediu a palavra a **Conselheira e Procuradora Fernanda**, ressaltando a sua preocupação com
380 uma questão jurídica pois as opções foram selecionadas através de ideias tiradas da Internet e aí surgem os
381 problemas com os direitos autorais e propriedade intelectual. A **Conselheira Roseli**, por sua vez, colocou
382 também alguns pontos: - 1º por que se que mudar essa logomarca e o que se quer que a logo expresse, pois
383 cada traço tem seu significado. Exemplificou a representação da APAE: - a margarida representa a pessoa
384 com deficiência, as duas mãos amparando e protegendo e os galhos com tantas folhas quanta são os Estados
385 da Federação. Nessa escolha, encontram-se dificuldades pois os desenhos não retratam as ideias com a
386 devida clareza. Segundo a **Presidente Ana Maria**, a partir da escolha dessa logo, o desenho será submetido
387 a uma análise jurídica para se detectar algo relacionado a direitos autorais, registro de patentes, etc. O
388 Conselho pode contar também com a contribuição do **Conselheiro Plínio**, que trouxe novas ideias para
389 serem avaliadas. Lembrou a Presidente: - ficou definido também buscar sugestões junto à ASCOM da SEDS,
390 Secretaria da Cultura, além do Conselheiro Plínio. Relatou a **Conselheira Neiva** que a logomarca do CNAS
391 foi escolhido mediante um concurso, na verdade um processo bem interessante porém demorado, devido o
392 estabelecimento de regras, segundo a Presidente. A **Secretária Executiva Helena** sugeriu aproveitar a
393 oportunidade e solicitar também uma logomarca para a próxima Conferência. Sugeriu a **Procuradora**
394 **Fernanda** que seria prudente aguardar trabalhos originais elaborados pelo próprio Conselho, evitando assim
395 a possibilidade de se pagar direitos autorais. Levando em conta as opiniões, a **Conselheira Larissa** expôs
396 que o plenário poderia apreciar primeiramente o trabalho realizado pelas Comissões. Em seguida baseando-se
397 nas imagens escolhidas, elaborar a logomarca definitiva construída a partir dessas ideias (os desenhos foram
398 ampliados na tela, a partir das sugestões de cada Comissão). Segundo a Presidente, as 6 imagens
399 selecionadas serão referenciadas posteriormente pela ASCOM, Secretaria da Cultura e o próprio Conselheiro
400 Plínio. • **Ofício Circular nº 059/2012 – CNAS/MDS – Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS**
401 **– 6/7 e 8 de novembro em Vitória – ES.** Inscrições disponibilizadas no site, com recursos próprios. O
402 CEAS/PR deverá indicar dois Conselheiros para essa participação. O Conselheiro da Sociedade Civil que se
403 habilitar, deverá viajar com recursos próprios pra depois ser ressarcido. Numa outra hipótese, a Secretária
404 Executiva também poderá comparecer, uma vez que sendo servidora está dentro dos parâmetros e poderá
405 também representar o Conselho. Já a **Conselheira Larissa** pontuou que por se tratar de uma Reunião
406 Ampliada, seria produtiva a presença de Conselheiros do segmento Governamental e Sociedade Civil. A
407 **Presidente Ana Maria** questionou se algum Conselheiro não Governamental estaria se candidatando a essa
408 vaga. Alguns nomes foram se sobrepondo e foi dada a preferência aos Titulares. • **Reunião dos 2 grupos**
409 **para a decisão.** • Candidatos Sociedade Civil – Vanderlei – Ataíse – Rita. • Governamentais – Larissa – Marli
410 – Sandra. • Decisão final: - **Governamental:** Conselheira Sandra – **Sociedade Civil** – 1º nome – Ataíse. 2º
411 nome – Rita. Compartilhando com o plenário, o **Conselheiro Pedro Hoffmann (Encantado do Oste)**
412 informou que já na próxima Assembleia passaria a ser Suplente, tendo em vista que o seu Titular
413 possivelmente reassumiria a sua função. Dessa forma, manifestou agradecimentos a todos os colegas, pelo

414 companheirismo e aprendizagem desfrutados nesse meio tempo. A **Presidente Ana Maria** interpretou que
415 de uma forma ou de outra, **Pedro Hoffmann** permaneceria como Conselheiro, garantindo-lhe a remessa de
416 todos os materiais informativos do CEAS. • **Relato da Comissão Intersectorial de Convivência Familiar**
417 **e Comunitária.** – Relatora: **Técnica Ligiane (PSE/SEDS).** Compartilhando o trabalho realizado, informou-
418 se que o Plano Estadual foi encerrado, devendo agora ser encaminhado para as Secretarias envolvidas,
419 CENSES, Penitenciária Feminina, etc. Na sequência, procede-se a devida correção e no mês de dezembro será
420 oportunizada a apresentação para o Conselho. • **Programa Família Paranaense – informações**
421 **atualizadas – Técnica Paula.** Algumas informações foram repassadas referentes a evento realizado nos
422 dias 20 e 21, com a participação de quatro consultores. A próxima reunião irá ocorrer em novembro quando
423 serão apresentados instrumentais; um deles será o modelo lógico para o acompanhamento de processos da
424 SEED, SESA. Atualmente o IPARDES está elaborando o modelo do Programa Família Paranaense. Comunicou-
425 se também que em 24 de outubro está agendada a realização de uma Web-Conferência do Programa Família
426 Paranaense, das 14 às 16h00, quando a Coordenadora Letícia Reis abordará o que será repassado aos
427 Municípios que já aderiram ao Programa. • **Relato da reunião do FONACEAS- 26 a 28 de**
428 **setembro/2012 – Salvador- BA.** O CEAS/PR se fez representar nesse evento através das **Conselheiras**
429 **Ana Maria Macedo e Roseli Tonello, Presidente e Vice-Presidente** respectivamente. Roseli
430 encarregou-se dessa narrativa, interpretando que as discussões foram acaloradas e intensas, fazendo ao
431 mesmo uma avaliação da grandeza desse espaço. A pauta foi iniciada com uma apresentação da Bahia,
432 espaço territorial amplo com 17.322 entidades em processo de transição, espalhadas por 417 Municípios com
433 grandes divergências. Desejam implantar CREAS regionalizados a exemplo dos Consórcios de Saúde. •
434 **Colóquios dos Estados** – A apresentação dos Conselhos Estaduais foi se sucedendo e **Ana Maria Macedo**
435 colocou o Paraná no seu lugar de merecido destaque, enfatizando as constantes lutas e o respaldo dado aos
436 seus membros. Por outro lado, exemplificou as dificuldades com que outros Estados esbarram, no que se
437 refere ao difícil relacionamento existente entre o segmento Governamental e da Sociedade Civil. Comentou-se
438 que muitos Estados do Nordeste possuem uma Casa de Conselhos; já o CEAS/PR foi considerado o maior de
439 todos os Conselhos Estaduais. Nesse evento contou-se também com uma representação do CNAS, abordando
440 tipificação. A **Vice-Presidente Roseli** informou sobre o relato do Conselho de muito Grosso do Sul, onde
441 350 entidades foram ao Ministério Público, denunciando a certificação negada pelo Conselho Municipal. Diante
442 disso, considerou-se a necessidade do Plano de adequação e da consequente revisão da tipificação.
443 Apresentação e leitura da **Carta de Salvador.** A explanação da **Vice-Presidente Roseli Tonello** foi
444 complementada pela **Presidente Ana Maria:** segundo ela o conteúdo foi extremamente detalhado e a sua
445 particular satisfação foi poder referenciar a autentica harmonia existente no CEAS/PR. Lembrou ainda as
446 palavras do Presidente do FONACEAS, **Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho,** incitando a permanente
447 participação do CEAS paranaense, cuja presença foi considerada enriquecedora. Foi entendido pela
448 **Conselheira Larissa,** ser positivo construir um instrumento de memória dessas viagens. Dirigindo-se à
449 Secretaria Executiva, sugeriu elaborar um condensando dessas informações, pois a Carta de Salvador já
450 poderia ter sido discutida no dia anterior, na Câmara de Articulação e Mobilização, tirando já os devidos
451 encaminhamentos. Parabenizando pelas informações, sugeriu que o Paraná possa sediar o FONACEAS no
452 próximo ano. No foco do assunto, a **Presidente Ana Maria** expôs que essa ideia já fora abordada no ano
453 anterior, porém a SEDS estava em fase de mudança o que dificultaria a logística, bem como a mobilização de
454 pessoas. • Garantiu a **Secretária Executiva Helena** que o FONACEAS já encaminhou os detalhes

455 referentes à reunião de novembro que dessa vez ocorrerá em Natal – RN. • **Informes das reuniões CIB e**
456 **CIT.** Os assuntos já haviam sido abordados. Nesse momento pediu a palavra a **Coordenadora Mara**
457 **Ferreira**, referindo-se ao Projeto do PAEFI do município de Nova Tebas. Para ela, não havia ficado claro se o
458 Conselho havia aprovado esse documento, com as devidas considerações. Esse referendo seria necessário
459 para incluir o município na Deliberação anterior. Respondeu a **Presidente Ana Maria** que o referido projeto
460 já havia sido devidamente aprovado, constante do relatório da Comissão de Financiamento e Gerenciamento
461 do Fundo. • **Conclusão das Capacitações para técnicos do CREAS e Programa Liberdade Cidadã.**
462 Como informe, avaliou-se a realização de três macros sediadas em Foz do Iguaçu, Londrina e Curitiba,
463 totalizando 430 participantes. O destaque evidenciado foi a perspectiva de aproximação entre SUAS e
464 SINASE, na verdade um grande ganho retratado nas avaliações com 60% de aprovação. A Coordenadora
465 agradeceu a participação dos Conselheiros que lá estiveram. Na sequência, a **Conselheira Roseli** abordou a
466 Capacitação sobre Controle Social, realizada em Francisco Beltrão. Já no final da Assembleia, o **Conselheiro**
467 **Nircélio** transmitiu um convite aos Conselheiros, para participarem do evento promovido pela Secretaria
468 Nacional de Renda e Cidadania em parceria com a SEDS, sobre a busca de inclusão de famílias de baixa
469 renda no CADÚNICO. Dia 30 de outubro, na Secretaria da Família. Vencida a pauta do dia, a **Conselheira**
470 **Presidente Ana Maria Macedo** agradeceu a colaboração de todos, encerrando os trabalhos da Assembleia
471 Ordinária do CEAS/PR – outubro/2012. **Encerramento:** A Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros
472 e demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi gravada e redigida por Regina
473 Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada por Ana Paula Casagrande, formatada por Willian Binhara, sendo a
474 Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.